

“LA ARGENTINIDAD AL PALO”: O “REGISTRO”, A “VIGILÂNCIA” E O “CONTROLE”

EFETUADOS PELOS AGENTES DA DIPBA
SOBRE AS INSTITUIÇÕES JUDAICAS DE LA PLATA

Emmanuel N. Kahan¹

A abertura dos arquivos das polícias políticas do Brasil – o DEOPS-SP e o DOPS-RJ, particularmente – permitiram o desenvolvimento de um campo de investigação que inclui perspectivas de análise nas quais se pode observar a dinâmica do trabalho realizado pelos agentes policiais e, por sua vez, pelas organizações da sociedade civil que estavam sendo observadas. Ao contrário, a abertura pública do arquivo da Direção de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires (DIPBA)², que ocorreu em 2003, não concentrou a atenção dos investigadores e cientistas sociais, a julgar pelo peso das pesquisas realizadas em seu acervo documental.

O presente trabalho pretende abordar as especificidades do arquivo da DIPBA por meio do trabalho com seu fundo documental e, particularmente, dos modos e representações pelos quais os agentes de inteligência policial realizaram a tarefa de “registro”, “vigilância” e “controle” sobre as instituições da comunidade judaica da cidade de La Plata. Os documentos utilizados nos permitirão compreender como se constituíram os “trabalho de inteligência” desde meados da década de 1940 até fins dos anos 1970.

Quando se tornou pública a disposição de encerrar as atividades do organismo de inteligência policial portenha, algumas crônicas jornalísticas destacavam, antecipadamente, o valor jurídico e político que teria o material de inteligência produzido pelos organismos estatais:

No coração do edifício onde funcionou a sede central dos serviços de inteligência da Bonaerense³, atrás de uma porta cinza que parecia ser um simples armário, esconde-se uma sala que contém centenas de milhares de fichas de pessoas, ordenadas meticulosamente em ordem alfabética. Até ali chegou, pouco depois do meio-dia, um grupo da Comissão pela Verdade, encabeçado por Estela de Carlotto – das Avós da Plaza de Mayo –, Adelina de Alaye – das Mães da Plaza de Mayo – e o deputado Alejandro Mosquera. Alguém, para verificar, abriu o fichário na letra T⁴. Deteriorada pelo tempo, a ficha com os dados de inteligência sobre Jacobo Timerman estava intacta. Em um canto as lombadas de grossas pastas de madeira cruzada ainda guardavam a inscrição “DS”, sigla que os visitantes deduziram ser “delinquente social”. Soria⁵ apanhou ao acaso uma pasta da estante e a abriu. “São fotos de presos”, concluiu depois de folhear as páginas que mostravam tomadas de frente e de perfil, de alguém que vivera na província de Santa Fé. Tudo indica que a virtual abertura dos arquivos da repressão, crê a comissão, é uma caixa da Pandora com informações que começam no início dos anos 1970, durante o reinado da *triple A*⁶, e vão até 1997, quando a Bonaerense era dirigida por Pedro Klodczyk⁷. Um material que, analisado e classificado, permitirá reconstruir uma história que vai muito além dos anos negros da ditadura militar.⁸

A abertura do Arquivo e do Fichário do que foi a Direção de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires era apresentada como a possibilidade de acessar, pela primeira vez, um dos acervos pertencentes aos organismos de segurança vinculados à repressão e à violação dos direitos humanos durante a última ditadura militar na Argentina. O entusiasmo, a surpresa e a urgência em “sistematizar a informação para torná-la pública” estão caracterizados no artigo acima. Mas, sobretudo, a jornalista destacava as potencialidades que possuía este “arquivo da repressão” para compreen-

der a dinâmica da inteligência e a perseguição a militantes políticos durante a década de 1970.

O “descobrimento”, contudo, da ficha pessoal de Jacobo Timerman expôs um caso de caráter público e notório no qual era possível registrar como se havia implantado o sistema repressivo na província de Buenos Aires durante a última ditadura militar⁹. O “caso Timerman”, além de nomear o caso de um jornalista de conhecida trajetória na Argentina, Israel e Estados Unidos, ilustrava alguns dos componentes da dinâmica da escalada repressiva: as formas de sequestro, as arbitrariedades da “legalidade” repressiva e, sobretudo, o componente antisemita das forças de segurança.

O presente trabalho abordará a documentação produzida pelos agentes da inteligência portenha durante o acompanhamento que efetuaram sobre uma série de organizações localizadas na cidade de La Plata¹⁰ – as instituições da “comunidade judia” – durante um período de tempo que excede o da ditadura militar: 1947-1979. Este estudo localizado permitirá conhecer, compreender e destacar algumas suposições da(s) representação(ões) a respeito dos judeus com a(s) qual(is) os agentes da DIPBA efetuaram o seu trabalho¹¹.

Antecedentes: Os judeus nos documentos policiais brasileiros

A abertura dos arquivos da DIPBA permitiu conhecer um *fundo documental* inédito para a pesquisa. Embora, no caso argentino, os pesquisadores comecem a dar seus primeiros passos no conhecimento do arquivo, o caso das polícias políticas brasileiras pode ser uma referência. Diversos trabalhos trataram da perseguição política feita pelo Departamento de Ordem Política e Social do Rio de Janeiro (DOPS-RJ) e pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP)¹². De modo geral, os pesquisadores destacaram como, depois da perseguição programática ao comunismo, vigiavam-se diversos grupos étnicos, religiosos e nacionais. Nesse sentido, como assinala Carneiro, as narrativas a respeito da “ameaça comunista” sustentavam outros discursos tendentes a reatualizar a noção de “brasilidade”¹³.

No caso de São Paulo e do Rio de Janeiro, as representações dos judeus foram feitas por meio de análises realizadas com fontes documentais da polícia política brasileira. Todavia, pelas características do processo de abertura de cada arquivo estadual, a documentação pesquisada apresentava diferenças. Taciana Wiazovski realizou sua pesquisa no arquivo da polícia política de São Paulo. Seu trabalho contemplou os prontuários dos cidadãos judeus que foram considerados “indesejáveis” durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Associados ao comunismo ou militantes do Partido Comunista

do Brasil (PCB), os judeus constituíam um duplo perigo: como comunistas, atentavam contra a estabilidade do regime varguista; e como judeus, corroíam o projeto étnico-nacional brasileiro¹⁴.

A atenção da polícia política paulista centrou-se nos indivíduos ou instituições judaicas próximas de organizações de esquerda. A vigilância, a leitura dos periódicos e o controle da correspondência – que precisavam da ajuda de um tradutor – eram as fontes de informação que serviam para os fins da espionagem. Artistas e intelectuais, por exemplo, transformavam-se em suspeitos, pois seu discurso tendia a questionar o regime e corromper a moralidade brasileira¹⁵. Descreve a pesquisadora que ainda aqueles prontuários de mulheres judias que foram consideradas “indesejáveis” destacam que

[...] ser mulher no contexto revolucionário implicava artimanhas próprias de tal sexo, cujas armas seriam a beleza e a sensualidade, atributos capazes de envolver os homens de boa fé, levando-os, até, quem sabe, ao suicídio. Esse traço da mulher pode ser recuperado através da imagem do pecado original quando *a mulher convenceu o homem a pecar*. Diante dessa característica “inerente” ao sexo feminino, “ser culta” definitivamente impunha à militante a condição de ameaça à ordem que se pretendia manter a todo custo.¹⁶

Em grande parte o trabalho de Wiazovski aborda os prontuários pessoais e, em menor quantidade, o de instituições judaicas. O prontuário do Centro de Cultura e algumas instituições sionistas assinalam a vigilância a que foram submetidas as organizações da comunidade judaica brasileira durante o varguismo. A ação desenvolvida pelo DEOPS-SP, na perseguição aos judeus, coincidiu, como destaca Wiazovski, com o auge do discurso anticomunista e antisemita reproduzido pelos intelectuais integralistas e os líderes da Igreja Católica no Brasil¹⁷.

O trabalho de Helena Lewin aborda os documentos que integram o *fundo documental* da polícia política do Rio de Janeiro e se concentra, particularmente, na ação de vigilância desencadeada pelo organismo policial após a sublevação de 1935¹⁸. Como no trabalho de Wiazovski, Lewin destaca a relação que estabeleciam os funcionários do DOPS-RJ entre “ser judeu” e “ser comunista”. Destacando, por exemplo, que entre os arrolados como “simpatizantes comunistas” pelo DOPS-RJ, os judeus estavam sobrerrepresentados em relação ao peso demográfico que possuíam outros grupos étnico-nacionais na sociedade brasileira¹⁹.

A representação do “judeu” como um indivíduo inassimilável levava à suspeita sobre o acionamento de suas instituições. Como assinala Lewin, à medida que se incrementava o descontentamento popular contra o governo

de Vargas e se aprofundava a debilidade governamental, aumentava a atividade desenvolvida pelo DOPS-RJ. A organização Brazcor – instituição ligada ao Partido Comunista do Brasil, cujo fim era auxiliar os judeus soviéticos que se encontravam em dificuldades – levava a cabo suas reuniões no espaço da Cozinha Proletária, um refeitório para operários judeus. Esta foi cercada e reprimida em 26 de novembro de 1935, acusada de ser uma célula de agitação comunista²⁰.

De acordo com ambas as pesquisadoras, no caso do Brasil associou-se a imagem do “judeu” com a do “revolucionário comunista”. A ação desenvolvida pelas polícias políticas estaduais colocou um manto de suspeita sobre indivíduos e instituições judaicas que, em algumas ocasiões, culminaram na expulsão do território brasileiro – o caso dos “indesejáveis” – ou no fechamento de instituições e na prisão de seus membros.

Diferentemente do caso das polícias políticas do Brasil, o material documental da DIPBA, que adiante será tratado, possui algumas características particulares. Em primeiro lugar, os marcos cronológicos. Os “Dossiês” da DIPBA começam ali onde terminam os trabalhos acima mencionados sobre o material do DEOPS-SP e do DOPS-RJ; isto é, entre meados e fins da década de 1940. Em segundo lugar, e devido às particularidades do processo de abertura pública do arquivo, os “Dossiês” referem-se às atividades desenvolvidas pelas instituições judaicas da cidade de La Plata – o acesso à informação de caráter pessoal, como a analisada por Wiazovski, está proibido à consulta pública para preservar a privacidade de terceiros.

Se, como sugere o artigo de *Página/12* antes citado sobre Jacobo Timerman, encontrou-se um acervo que poderia dar conta do molde antissemita das forças de segurança, então a pesquisa poderia aumentar os estudos sobre o antissemitismo na Argentina. Todavia, e contrariando as hipóteses de trabalhos desenvolvidas para o caso da polícia política do Brasil, preferimos deixar em suspenso a aprioridade referente ao vínculo estrutural entre o imaginário produzido pelos agentes de inteligência da polícia portenha e uma predisposição a um consistente antissemitismo.

“Caçadores de utopias”: Os agentes da DIPBA e o “comunismo” no Centro Literário Israelita e na Biblioteca Max Nordau

O espectro das organizações “judias” na cidade de La Plata, capital da província de Buenos Aires, é configurado por uma diversidade de instituições. Mas, de modo geral, três delas conformam os marcos da participação da vida “comunitária judia”. Em primeiro lugar está a Associação Mutualista Israelita

da Argentina (Amia), que ordena a atividade desenvolvida por outras organizações. Tanto a instituição centralizadora como as outras que abriga possuem dossiês no arquivo da DIPBA. O Centro Literário e Biblioteca Popular Max Nordau (Clib Max Nordau) constituiu-se em outra das instituições aglutinadoras da comunidade judaica local. Ainda que mais simples em relação à diversidade de atividades desenvolvidas, tomará relevância a partir do vínculo com a Federação de Instituições Culturais Judaicas ou Idisher Cultur Farband (Icuf). Esta organização era apresentada como a seção idiomática iídiche do Partido Comunista Argentino²¹. Por fim, a Associação Sefardi também foi uma das organizações submetidas à pesquisa policial.

Particularmente, este trabalho se concentrará no Clib Max Nordau, em razão de ser essa uma instituição que efetivamente contava com integrantes que militavam nas fileiras do Partido Comunista Argentino e, por sua vez, porque a missão policial buscava comprovar este vínculo. As primeiras informações que a DIPBA registra sobre essa instituição remetem à década de 1940²². Um dos denominadores comuns é o “Registro Estatístico de Entidades”. A planilha se preenchia com informações sobre as funções, localização, quantidade de sócios, forma de financiamento e a nominata dos integrantes da diretoria. A frequente aparição do “Registro” constituía uma das fontes de informação primordiais da instituição policial. Esse formulário, que era preenchido cada vez que havia uma nova diretoria, permitia manter atualizados os dados referentes à “quantidade de sócios”, ao “caráter da instituição”, às atividades que se desenvolviam e, sobretudo, aos membros da diretoria.

Embora o caráter da informação seja reiterativo – a localização, o número de sócios e as funções tendiam a manter-se –, o acompanhamento que se exercia sobre os membros da diretoria servia à finalidade de conhecer e tipificar a orientação político-institucional e os indivíduos que a integravam. Depois das perguntas protocolares a que as autoridades institucionais deviam responder, uma série de tópicos era indicada pelo oficial da polícia. O teor das respostas fornece a pauta do sentido das perguntas – embora elas estejam ausentes no “Registro”:

- a) Não se conhece uma determinada influência política predominante, tendo-se de forma favorável o atual governo, que se avalia em cerca de 55%.
- b) Ignora-se se algum membro ou associado se destaque em atividade de caráter sindical dissolvente, anarcossindicalista ou comunista ou professe doutrinas dessa índole.
- c) A ação comunista não existe.
- d) Não apoiam nenhum dirigente, seja sindical ou político.

La Plata, 3ª Seção, 4 de maio de 1950.²³

No caso do Clib Max Nordau, o “Registro Estatístico de Entidades” contempla o período de 1947 a 1957, renovando-se a informação a cada dois anos. Esse período acompanha o processo de consolidação, queda e proscricção do peronismo. As fórmulas para considerar a orientação política das instituições, por intermédio da análise e da tipificação dos “prontuários” dos membros da diretoria, apresentam uma série de particularidades. A planilha do “Registro” datada de 15 de janeiro de 1949 descreve, a respeito da “Orientação Política Predominante”, que a instituição possuía cerca de “60% de oposição ao governo, 40% apolítico”, havendo entre seus associados “simpatizantes comunistas”²⁴. No entanto, os restantes “Registros Estatísticos de Entidades” esgrimem a fórmula mais acima citada, caracterizando a instituição como “favorável ao atual governo” e sem “ação comunista detectada”²⁵.

Em 1954 um memorando enviado pela Coordenação de Informações do Governo da Província de Buenos Aires ao chefe da Polícia da mesma província solicitava informações referentes aos “Antecedentes gerais, policiais, judiciais, filiação política, ideologia e conceito geral dos integrantes da diretoria” do Clib Max Nordau²⁶. A planilha “Registro” reproduz os dados sobre a localização e a quantidade de sócios, mas anexa a nominata das autoridades institucionais, indicando, em todos os casos, que “X não se acha filiado ao Partido Peronista”²⁷. Concluindo que “os componentes desta diretoria gozam de bom conceito na vizinhança, e, na ordem política, os mesmos não se encontram filiados ao Partido Peronista, podendo-se considerá-los apolíticos”²⁸.

O último dos “Registros” que acompanha a década foi elaborado em meio ao governo militar que destituiu Perón, coincidindo com as novas características e papéis que deveria cumprir o órgão de inteligência provincial. A “Revolução Libertadora”²⁹ ampliou o campo de “possíveis agentes dissolventes”, acrescentando à perseguição ao comunismo a proscricção do peronismo. Ainda que o “conceito de que gozava” o Clib Max Nordau fosse considerado “bom”³⁰, uma folha anexa detinha a “Informação sobre as atividades da entidade e ideologia política e conceito no ambiente de cada um dos membros da diretoria”. Aí se estabelecia que:

X: Filho de X e de X, polonês, casado, comerciante, 34 anos de idade, domiciliado em X, C.I. n. X. COMUNISTA.

X: Filho de X e X, argentino, casado, comerciante, 51 anos de idade, domiciliado em X, C.I. n. X. COMUNISTA.

X: Filho de X e X., argentino, casado, comerciante, 28 anos de idade, domiciliado em X, C.I. n. X. IGNORA-SE FILIAÇÃO POLÍTICA.³¹

Na nominata com as autoridades da diretoria do Clib Max Nordau in-

dicava-se que 4 dos 13 membros eram “comunistas”. Desses, três ocupavam cargos hierárquicos na diretoria. Embora a indagação sobre o “comunismo” tenha sido um dos eixos do trabalho policial, a passagem do peronismo ao governo militar, da autoproclamada “Revolução Libertadora”, mostra uma modificação referente à preocupação acerca das características ideológicas dos indivíduos observados. Conquanto no último “Registro” a observação se fizesse sobre cada indivíduo – para estabelecer seu vínculo com o “comunismo” –, durante a administração peronista se destacavam a proximidade ou oposição ao partido do governo por parte dos associados e membros da diretoria da instituição.

Não foi apenas essa mudança que se registrou na vigilância policial após a intervenção militar de 1955. Os dossiês mostravam uma nova dinâmica na coleta de informação. Os “Registros Estatísticos de Entidades” começaram a ser substituídos – em alguns dossiês não estão mais presentes – e o memorando solicitando informações constituirá o *tipo documental* característico que iniciava a intervenção da inteligência policial. As agências estatais que os produziam tanto poderiam ser de caráter nacional, provincial ou da própria Direção de Inteligência para as diferentes representações.

Junto a essa dinâmica de vigilância começam a aparecer diferentes registros a partir dos quais a DIPBA exerce um acompanhamento sobre as instituições judaicas de La Plata. O Clib Max Nordau será interpelado por seu posicionamento e/ou difusão do “comunismo”. Uma série de memorandos, datados de 28 de junho a 1º de julho de 1960, solicitam a ratificação ou retificação da informação vinculada à “Associação Israelita de Ensino Progressivo”:

Tem-se conhecimento que nos colégios “Manuel Belgrano” e “sarmiento”, localizados na rua Emilio Mitre e Ramos Mejía, na localidade de Morón, e rua 11 n. 1.272, de La Plata, respectivamente, da associação anteriormente mencionada, se ministram aulas de doutrinação comunista. Para tal fim fazem uso do idioma “Ídiche”.

Deseja-se saber:

– Ratificação ou retificação do presente informe

Em caso positivo:

Professores que ministram tais aulas.

Nominata do pessoal diretivo.

Quantidade de alunos.

Se é subvencionado pelo Governo da Província.

Qualquer outro dado de interesse.³²

A resposta do oficial “B-29”³³, enviada em 4 de agosto de 1960, embora

não confirmasse a suspeita que motivou a vigilância policial, revela alguns dos dados solicitados:

Em cumprimento à ordem em epígrafe, dirijo-me ao senhor a fim de levar ao seu conhecimento que, das diligências efetuadas, se pôde estabelecer:

Que na rua 11 n. 1.272 desta cidade funciona a “Escola Popular Israelita Domingo Faustino Sarmiento”, cujo questionário estatístico de entidades está anexo; sendo esta mesma diretoria a que administra o “Centro Israelita e Biblioteca Max Nordau”, que funciona no mesmo lugar.

São dadas aulas a alunos exclusivamente de descendência judia pelo professores X e X. Os professores são pagos pela instituição acima mencionada, devendo os alunos pagar uma cota anual, bem como um pagamento mensal pelo transporte que os leva de sua casa ao estabelecimento e vice-versa.

Das 20:30 à 1:00 reúne-se a coletividade diariamente, não se podendo constatar de que temas tratam, devido a que permitem unicamente a entrada de pessoas pertencentes a esse círculo e tratam seus assuntos em seu idioma natal.³⁴

A suspeita policial acerca da doutrinação comunista através do iídiche, como se sugeriu acima, não encontra sustentação, a julgar pelo informe de inteligência policial. No entanto, o teor da resposta permite propor algumas considerações. Em primeiro lugar, os informes policiais realizavam-se mesmo quando a resposta fosse negativa. Embora o oficial “B-29” não ratificasse a informação que havia originado o memorando, a nominata dos docentes, a maneira pela qual se sustentava e a quantidade de alunos foram notificadas ao “Sr. Chefe da Divisão de Busca”.

Quando a pesquisa feita era enviada pelo agente da inteligência, algumas representações acerca dos judeus tendiam a filtrar-se nos informes policiais. Ao concluir, o agente “B-29” destacou que os que se reuniam “tratam seus assuntos em seu idioma natal”. Contudo, ao observar a nominata da Diretoria, era indicada a nacionalidade de cada um. Os membros eram, majoritariamente, “argentinos”. Embora pudesse ser correta a informação com respeito ao idioma utilizado durante as reuniões da diretoria, a representação do iídiche como o idioma “natal” dos judeus atualizava a representação destes como “estrangeiros” ou indivíduos “não assimiláveis”. De modo similar, o pormenorizado registro feito pelo agente “B-4” sobre o ato “em comemoração ao XX aniversário da repressão ao Gueto de Varsóvia” destacava que:

Deixa-se expressamente registrado que ao iniciar-se o ato foi cantado por todos os presentes o Hino Nacional de Israel, *enquanto em nenhum momento se cantou a nossa Canção Pátria.*

Depois de um intervalo de aproximadamente uma hora e quinze minutos, se apresentou o Coral Israelita, o qual, depois de entoar duas canções patrióticas de seu país, encerrou o ato com o Hino Israelita, o qual foi cantado com devoção por todos os presentes, *não se fazendo o mesmo com nosso Hino Nacional em nenhum momento*.³⁵

Embora os presentes ao ato de “rememoração da repressão do Gueto de Varsóvia”, organizado pelo Clib Max Nordau, cantassem em iídiche o “Hino dos *Partisans*” – e não o “Hino de Israel”³⁶ –, o informe destacado sobre a ausência do “Hino Argentino” servia para reproduzir a imagem do judeu como um sujeito “não assimilável”. Além disso, colocava o agente policial como um zeloso guardião dos símbolos da “argentinidade”. No entanto, e em contradição com este registro, aparece uma enorme quantidade de informes de inteligência nos quais se relata sobre atos e conferências em comemoração aos “dias pátrios” e aos “próceres argentinos”.

Por exemplo, o registro de um ato celebrando o “25 de Maio”, organizado pelo Clib Max Nordau em 1964 é razão para a presença policial³⁷. Mas, nessa ocasião, o informante abstém-se de fazer considerações acerca da condição de “argentinidade” dos presentes. Um ato similar foi informado por outro funcionário policial; neste caso se indicou que os assistentes a um ato de comemoração do 60º aniversário da Amia – La Plata “encaminharam-se ao movimento erguido ao ‘Mestre’” com o objetivo de “tributar uma homenagem floreal a Domingo Faustino Sarmiento ao completarem-se 79 anos de seu falecimento de sua desapareição física [sic]”³⁸.

Um dos tópicos que ressalta dos dossiês que têm como protagonista o Clib Max Nordau é a suspeita acerca da orientação comunista que possuiria esta instituição. As atividades que ali se desenrolavam eram controladas sob o argumento de que “na diretoria da instituição figuravam elementos comunistas”. Por exemplo, nos festejos do cinquentenário da instituição, em 1962, o Clib Max Nordau patrocinou uma exposição de livros em iídiche e em castelhano e recomendou-se ao oficial da DIPBA verificar “que não ocorra infração ao Art. 2º do Decreto n. 4.965/59 do Poder Executivo”³⁹. No entanto, o agente “B-6” viu frustrada a sua tarefa: “não se pôde presenciar em razão da presença exclusiva de elementos pertencentes à coletividade”⁴⁰; ou, em uma fórmula menos sutil: “estes três eventos [conferências realizadas durante a exposição] não puderam ser controlados em razão de a presença de forma exclusiva pertencer à coletividade israelita, não se podendo infiltrar sem passar despercebido”⁴¹.

A impossibilidade da “passar despercebido” e presenciar as conferências organizadas pelo Clib Max Nordau relativiza a capacidade de “infiltra-

ção” que nutre o imaginário acerca das dinâmicas de controle dos aparatos estatais de inteligência. Embora o agente “B-6” não tenha conseguido registrar os discursos feitos durante as conferências realizadas para o cinquentenário de uma das instituições “judias” de La Plata, a falta de resposta e a impossibilidade de ratificar o vínculo ou a infiltração de “comunistas” não desanimava a vigilância policial. Após uma imensa série de atos, conferências e atividades que ocorrem ao longo do ano de 1964, outro memorando alertava sobre a realização de “atividades comunistas no Centro Israelita Max Nordau”. Aí se mostrava e determinava que:

Sobre o particular tem-se conhecimento do seguinte:

- a) No Centro Israelita “Max Nordau”, localizado na rua 11 n. 1.272 de La Plata, vem-se realizando uma série de atividades comunistas.
- b) Entre essas atividades se destaca a palestra que ocorrerá esta noite às 21 horas no salão da instituição e que estará a cargo do Responsável Nacional de Finanças do Partido Comunista sr. X.
- c) O conhecido dirigente comunista falará sobre o tema intitulado “Situação econômica atual e perspectivas”, com entrada absolutamente livre ao público.
- d) No mesmo estarão conhecidas figuras comunistas locais e nacionais.

Deseja-se saber:

- 1) Ratificação e/ou retificação da informação que antecede.
- 2) Em caso afirmativo, quantidade aproximada de público na conferência; e ampliação proporcionada.
- 3) Antecedentes ideológicos do palestrante.
- 4) Antecedentes ideológicos de cada um dos membros da diretoria do Centro Israelita “Max Nordau”.
- 5) Todo e qualquer dado que se considere de interesse para a presente investigação.⁴²

As “atividades comunistas” às que se refere a DIPBA, que foram organizadas e/ou tiveram lugar no Clib Max Nordau durante o correr do ano de 1964, consistiram em uma conferência sobre “Teatro Grego”, o ato em comemoração ao “Levantamento do Gueto de Varsóvia” e uma conferência sobre “A Revolução de Maio e a sua influência na América Latina”. Mas a presença do “Responsável Nacional de Finanças do Partido Comunista” serviu aos fins de estender o manto das suspeitas sobre a relação entre o Clib Max Nordau e o “comunismo”.

Como nos casos anteriores, o agente policial se fez presente na palestra. Com mais sorte que “B-6” e avisado que dessa vez o acesso ao público seria “absolutamente livre”, “X-1” destacou o desenvolvimento do encontro.

De acordo com o registrado podemos saber que “O dr. X abordou, em caráter eminentemente científico, e sem apreciações de caráter político de índole alguma, a situação econômica em que se desenvolve a economia argentina, com abundante documentação estatística e de forma puramente objetiva”⁴³.

A menção à conferência, entretanto, não se esgotava na consideração de seu “caráter eminentemente científico”, mas se aprofundava na reprodução de certos argumentos que pareceram ao informante particularmente dignos de destaque:

Expressou o orador que nos últimos tempos a regência de nossa economia passou do Império Britânico para os Estados Unidos, que eram quem regiam a política econômica de todos os países latino-americanos, vulgarmente denominados subdesenvolvidos.

Criticou o orador nossa política econômica, a qual nos impede de comerciar com todos os países do mundo, vendo-nos constrangidos a fazê-lo com determinados países que nos impõem preços sumamente baixos a nossas exportações, estabelecendo preços extraordinariamente elevados a nossas importações de produtos manufaturados [...]

Esboçou o orador uma ligeira crítica ao governo argentino ao não ter ocupado totalmente as bacias energéticas, o que permitiu que as empresas estrangeiras tivessem diminuído a produção ao reduzir a extração de petróleo, com os prejuízos que se pode imaginar para nossa economia.⁴⁴

A conferência sobre a “Situação econômica argentina”, em que pese a percepção “objetiva e científica”, apresentou considerações de caráter crítico sobre as decisões e contornos da política econômica nacional postas em prática pelo desenvolvimentismo que o agente não considerou especialmente passíveis de condenação. As declarações produzidas em atos e conferências amiúde ativavam um espaço de reflexão policial que se encontrava além das tarefas de vigilância e de controle. Desse modo, seus juízos não estavam sempre predeterminados pelos estereótipos gerais com os quais se confeccionavam as diretivas de investigação.

Em outra ocasião, o oficial “K-15” destacou uma conferência sobre “Estrutura da economia argentina”, ocorrida em 7 de agosto de 1964, à qual estiveram cerca de cem pessoas. Após a descrição dos tópicos centrais abordados pelo autor, o agente concluiu: “É de se notar que, das impressões colhidas no lugar da palestra, se está em condições de informar que o conferencista seria de tendência ‘frigerista’, embora outros dos presentes o colocassem na linha trotskista”⁴⁵.

Frigerista? Trotskista? Os informes de inteligência produzidos pela “infiltração” nas atividades desenvolvidas no Clib Max Nordau registram os

acontecimentos, mas sem dar conta de seu objetivo inicial: estabelecer a relação entre a instituição e a infiltração “comunista”. No entanto, certos subentendidos nos informes policiais parecem não requerer mais que algumas menções pontuais para fixar a tendência ideológica dos indivíduos submetidos à vigilância. Por exemplo, durante o ato de comemoração do levantamento de jovens “judeus” no Gueto de Varsóvia, o agente “X-1” destacou a reação do público à proposta esgrimida pelo membro da Organização Judaica Pró-Paz – o qual fazia referência às intromissões perpetradas pelos Estados Unidos no Vietnã do Norte, no Congo e na Coreia do Norte:

Diante dessa alarmante situação era necessário que todos os países democráticos e progressistas se coligassem para obrigar os imperialistas a retirar suas imundas mãos do Vietnã e de Cuba. Com estas palavras a sala irrompeu em uma estrondosa ovação que *deixou bem clara* a tendência, tanto do orador como dos organizadores do ato.⁴⁶

Embora não se adjective nem qualifique a tendência expressa no ato, a menção a Cuba e à “estrondosa ovação” são significativas para o agente policial, que as considerava menções dignas de serem destacadas e que permitem identificar “claramente” uma tendência política, a qual, embora não se conclua sua explicitação, supõem uma piscadela de cumplicidade com o destinatário do informe policial.

Em oposição às descrições e avaliações dos informes anteriores, as palavras do orador sobre Cuba mostravam “claramente” o posicionamento político de todos os que enchiam a sala do Teatro Ópera. Por outro lado, as definições críticas das conferências sobre “Economia argentina” e a relação de dependência do mercado internacional não eram significativas ou, pelo menos, não eram “suspeitas” para os representantes das forças de segurança. Nesse sentido, os informantes policiais pareciam ser guiados pela necessidade de transmitir “palavras-chave” que já estavam identificadas como pertencentes ao vocabulário dos grupos que deviam ser vigiados. Assim, o caráter do olhar policial se espreitava sobre as declarações, atuações e manifestações diretas sobre os tópicos referentes aos “políticos”, à “política nacional” e à “atualidade mundial”.

A suspeita sobre a relação com o “comunismo”, que dinamizava a vigilância policial, se ampliou para fórmulas mais extensas – e incertas – no final de década de 1960. À medida que as formas de participação política se radicalizavam, também as forças de segurança ampliavam o marco dos possíveis “inimigos” da ordem política. A vigilância sobre o Clib Max Nordau também registrou modificações que acompanhavam o molde repressivo. Um memo-

rando, sem data de elaboração, mas que por sua colocação no dossiê sugere que tenha sido produzido em 1966⁴⁷, tem por objeto atualizar a informação sobre a instituição judaica local. Diferentemente das ocasiões anteriores, o objeto da suspeita se modificou.

Interessam conhecer

Do Centro “Israelita Max Nordau” e “Escola Israelita Domingo Sarmiento”, sítos na rua 11 n. 1.272, os seguintes pontos:

- 1) Nominata completa das pessoas que integram a diretoria e cargos que ocupam.
- 2) Contatos que mantêm com *elementos esquerdistas*.
- 3) Atividades que desenvolvem.
- 4) Contatos que mantêm essas entidades com *organizações de extrema esquerda*.
- 5) *Todo outro antecedente que julgue de interesse assinalar*.⁴⁸

Como na passagem do peronismo à “Revolução Libertadora”, em que se reconhecia uma modificação referente ao registro acerca das inclinações políticas dos indivíduos que participavam do Clib Max Nordau, a conflituosidade política que levou à derrubada do governo radical de Arturo Illia e à instauração de uma nova ditadura militar, autoproclamada “Revolução Argentina”, registrou um novo deslocamento: a ênfase estava posta nas relações com “elementos” e “organizações de extrema esquerda”.

Apesar de o dossiê se estender por muitas folhas mais, não se encontra a resposta ao memorando que requer detalhes da relação entre o Clib Max Nordau e as organizações de extrema esquerda. Por acaso, como em oportunidades anteriores, os agentes não puderam confirmar a informação? A ligação com o peronismo havia sido registrada com a expressão formal de uma opinião “favorável ao atual governo, que se avalia em cerca de 55%”. Mas a relação com o “comunismo” e com as “organizações de extrema esquerda” não pode ser verificada empiricamente pelos agentes da inteligência policial, nem sequer no momento mais crucial do *terrorismo de Estado*, durante a última ditadura militar, que teve lugar entre os anos de 1976 e 1983.

Por intermédio da obtenção de um “periódico juvenil” – *Renacer* –, produzido pelos jovens do Clib Max Nordau, o chefe de Inteligência de La Plata, em memorando datado de 5 de outubro de 1979, remeteu o exemplar para “análise de conteúdo”⁴⁹. Um agente policial resenhou cada um dos artigos, destacando que neles “se podiam apreciar que os conceitos vertidos redundam na defesa dos ideais judeus e dos interesses de sua comunidade”⁵⁰. Uma exceção é o artigo “A 129 anos da morte do general José de San Martín”. Neste texto se identifica “sua luta libertadora com a do povo judeu” e “finaliza

exaltando a luta do povo nicaraguense”⁵¹. A alusão à revolução “sandinista” motivou o seguinte comentário por parte do agente de inteligência:

Deve ter-se em conta o expresso no primeiro dos artigos, quando os editores elogiam sem rodeios a revolução nicaraguense que acabara com o regime do presidente Anastásio Somoza, sem levar em conta a infiltração comunista que cooperou no planejamento e desenvolvimento desses acontecimentos.⁵²

Embora alertasse a respeito da exaltação à revolução nicaraguense, o agente policial expressou uma novidade em relação ao comunismo e ao Clib Max Nordau:

Com respeito ao Centro Literário em si, de acordo com os antecedentes atuantes nesta Direção Geral e as investigações realizadas para tal fim, estima-se que a ideologia comunista – detectada – em alguns de seus membros, não teria gravitação fora do âmbito do referido Centro e dentro deste estaria reduzido a uma mínima expressão.⁵³

Em primeiro lugar, e depois de duas décadas de “vigilância”, um agente da DIPBA afirmava que a influência do comunismo na instituição era de “mínima expressão”. Minguada conclusão para um trabalho de vigilância que havia aventado essa instituição ser particularmente sensível ao “comunismo”.

Algumas reflexões finais

Este trabalho se propôs caracterizar o olhar da DIPBA sobre os “ju-deus”, por intermédio da análise dos dossiês vinculados com a “espionagem”, o “registro” e o “controle” efetuados por tal organismo sobre as instituições desta comunidade localizadas na cidade de La Plata. A temporalidade dos dossiês analisados evidencia um acompanhamento que ocorreu ao longo de mais de duas décadas. A respeito, uma série de considerações acerca da própria temporalidade deste trabalho serve para propor futuras perspectivas para a investigação em torno desse acervo. Os primeiros registros das tarefas de inteligência desenvolvidas pela instituição policial portenha ultrapassam a própria temporalidade da DIPBA.

Os “Registros Estatísticos de Entidades” nos remetem ao controle e acompanhamento político-ideológico que o Estado efetuou desde meados da década de 1940. Como mostrou a análise desses registros, durante o governo peronista as avaliações realizadas pelos agentes policiais se concentraram em precisar o posicionamento das mencionadas instituições em referência ao

peronismo. Os “Registros Estatísticos de Entidades”, em que se estabeleciam as porcentagens de apoio ao “partido do governo” entre os membros das diretorias do Clib Max Nordau, tendem a mostrar-nos que o “registro” e “controle” ocorria de modo nímio e intermitente – a cada vez que se renovavam os cargos de direção da instituição. Nesse sentido, os documentos que integram o acervo da DIPBA servem para aprofundar as perspectivas de novas pesquisas⁵⁴ que criticam o caráter essencialmente antisemita do governo peronista.

Após a derrubada de Juan Domingo Perón, como se observou pelos documentos examinados, as avaliações e formas de busca e produção de informação, por parte da DIPBA, viram-se submetidas a novas finalidades. Num primeiro momento buscaram, por intermédio da presença policial em diversas atividades desenvolvidas pelas entidades comunitárias, estabelecer os vínculos das instituições “judias” com o “comunismo” e, no final da década de 1960, com organizações de “extrema esquerda”. Como afirmou Funes⁵⁵, os objetivos que enquadravam o trabalho policial foram redefinidos ao ritmo da dinâmica da confrontação política que caracterizou a Argentina no século XX.

As datas limite dos dossiês pesquisados mostram que o acompanhamento, a produção de informes de inteligência e a tarefa de arquivar a informação nos diversos dossiês institucionais não ultrapassou a década de 1970. No entanto, a Direção de Inteligência continuou suas atividades até 1998. Como destacou Jaschek⁵⁶, em relação às atividades desenvolvidas pelos funcionários da DIPBA durante o período que se inaugurou com a transição democrática (1983) e que se encerrou com o fechamento da direção, o registro realizado a respeito dos diversos atores evidenciou a preocupação por parte dos agentes da inteligência com a perda de espaço e de recursos para levar a cabo suas funções. Durante este último período, o “controle” sobre as instituições “judias” de La Plata mostrou forte diminuição. Embora os dossiês referentes a esse período não tenham sido analisados neste trabalho, pode-se destacar que a dinâmica da observação policial tendeu a fragmentar-se.

O acompanhamento realizado entre 1947 e 1979 das atividades do Clib Max Nordau sustentava, da parte da hierarquia da instituição policial, a suspeita da relação existente entre “comunismo” e “judaísmo”. Como vimos no desenvolvimento do presente trabalho, os informes produzidos por agentes anônimos nunca puderam estabelecer a veracidade dessa vinculação. Não obstante, o Clib Max Nordau pertenceu à IcuF – Ídisher Cultur Farband (Federação de Cultura Judaica) até junho de 1985⁵⁷. Essa organização foi fundada, na Argentina, por volta de 1941 e seria herdeira da *Ievsteksie*, a seção idiomática iídiche do Partido Comunista. De acordo com algumas investigações, a relação entre as direções do Partido Comunista e da IcuF teria diversos graus de dependência⁵⁸. Embora o vínculo não fosse colocado em dúvida pelos diversos atores da “comunidade

judia”, os agentes de inteligência não puderam corroborar sua existência. O informe de inteligência produzido em 1979, quando a perseguição política na Argentina chegou ao paroxismo, reconheceu até mesmo que a “gravitação comunista no referido centro estaria reduzida a uma mínima expressão”.

Assim como esses informes sempre forneciam algum dado – embora não pudessem retificar o vínculo com o “comunismo” ou a “extrema esquerda” –, em muitas oportunidades a capacidade de registrar os atos, reuniões e atividades via-se dificultada pela falta de recursos ou pela pouca formação dos agentes. Diferentemente da polícia política brasileira, os casos referentes ao desconhecimento do iídiche são ilustrativos. Por sua vez, o registro sistemático de umas poucas atividades – atos de “levantamento do Gueto de Varsóvia” e de diversas conferências – evidenciava que o acompanhamento que se efetuava sobre essas instituições não se produzia de modo permanente.

O controle social e político, embora servisse aos fins de acumular informação sobre as instituições e os indivíduos, ocorria de modo intermitente e de forma deficitária em relação à demanda formulada pela hierarquia institucional. Nesse sentido, a análise dos documentos ajuda a compreender como os modos pelos quais a informação era obtida não pareciam indicar – pelo menos para o caso abordado neste trabalho – um grau elevado de profissionalismo por parte dos agentes da DIPBA. Em comparação com os trabalhos realizados no “registro” das instituições judaicas no caso do Brasil, com os acervos documentais de suas respectivas polícias políticas⁵⁹, a investigação sobre a Direção de Inteligência portenha indicou que esta não contava com intérpretes e tradutores que pudessem ampliar o registro das informações.

Em sintonia, porém, com o exposto por Carneiro⁶⁰ para o caso brasileiro, pode-se sugerir que os discursos sobre a “ameaça comunista” sustentavam outras narrativas tendentes a atualizar novamente a noção de “argentinidade”. No livro comemorativo de mais um aniversário da criação da instituição policial portenha, produzido durante o transcorrer do ano de 1980, assentavam-se as bases de uma tradição em que correspondia ao organismo estatal uma longa genealogia: desde 1580 até 1980. O prefaciador do referido livro, o chefe da Polícia da província de Buenos Aires, general de brigada Ovídio Pablo Riccher, reconhecia as origens da entidade vinculadas à segurança provincial na fundação da cidade de La Trinidad y Puerto de Santa Maria, por parte de Juan de Garay⁶¹.

Quando a Espanha aportou nesta parte do mundo, a qual, com o passar dos séculos, se transformaria nesta gloriosa e internacionalmente querida República Argentina, trazia em sua bagagem disposições legais e instituições públicas, a tradição greco-latina e árabe que havia gerado o fidalgo espírito peninsular. Ao contrário de outras nações colonizadoras, não vinha levar os

bens desta terra, vinha trazer sua cultura, sua religião, sua grandeza. Ao fincar no solo virgem das margens do Prata a chama preconizadora do trabalho cristão e dignificante; ao banhá-lo com o suor e o sangue de seus filhos mais queridos e nobres. Muitos destes fidalgos haviam sido ali, nas longínquas terras natais, membros da Santa Irmandade, instituição surgida em plena época de luta contra o invasor do território espanhol, alentada pelos reis cristãos e auspiciada pela Igreja.⁶²

Servindo-nos de Hobsbawm, podemos propor que a agência policial portenha pretendia legitimar suas práticas por meio de uma vinculação com um passado histórico que lhe fosse adequado⁶³. Aparentar-se com a tradição hispânica e católica reforçava o valor identitário da Polícia da Província de Buenos Aires como um organismo de grande tradição nacional. Nesse sentido, podia-se propor para a instituição policial uma hipótese similar à que haviam sustentado – autorreferenciando-se – as Forças Armadas na Argentina: apresentarem-se elas mesmas como fiadoras dos valores da nação. Nesse sentido, o libelo policial, os informes nos quais se “registrava” a “origem judia” ou “o uso da língua natal” e os informes nos quais se assinalava “a ausência do Hino Nacional” destacavam um uso retórico da narrativa policial tendente a mostrar os “limites” da “argentividade”.

(Tradução de Dainis Karepovs)

RESUMO

A abertura dos arquivos das polícias políticas do Brasil – do DEOPS-SP e do DOPS-RJ – permitiu o desenvolvimento de um campo de investigação que incluiu diversas perspectivas de análise. Ao contrário, a abertura pública do arquivo da Direção de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires (DIPBA), ocorrida em 2003, não concentrou a atenção de investigadores e cientistas sociais, a julgar pelo peso das investigações efetuadas em seu acervo documental. O presente artigo pretende tratar as especificidades do arquivo da DIPBA por intermédio do trabalho com seu fundo documental e, particularmente, com os modos e representações com as quais os agentes de inteligência policial realizaram a tarefa de “registro”, “vigilância” e “controle” sobre as instituições da comunidade judaica da cidade de La Plata.

PALAVRAS-CHAVE

Comunidade judaica; Inteligência policial; Argentina; Brasil.

ABSTRACT

The opening of the archives of Brazil's political police forces – the DEOPS-SP

and the DOPS-RJ, by their Portuguese denominations – has allowed the development of a research field that includes a variety of analytical perspectives. On the contrary, judging by the amount of research projects on its documentary sources, the opening to public scrutiny of the Dirección de Inteligencia de la Policía de la provincia de Buenos Aires (DIPBA), which took place in 2003, has not attracted the attention of social scientists and researchers. This paper seeks to give an account of the specificities of the DIPBA's archive through a revision of its documentary collection, focusing in the forms and the representations on the base of which the police intelligence agents carried out the tasks of “registering”, “vigilance” and “control” on the institutions of the Jewish community in the city of La Plata.

KEYWORDS

Jewish community; Police intelligence; Argentina; Brazil.

NOTAS

¹ Mestre em história e memória, e pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (Conicet) – Centro de Investigaciones Socio-Históricas (CISH) da Universidade Nacional de La Plata. Contato do autor: emkahan@yahoo.com.

² O organismo encarregado da “inteligência política” da província de Buenos Aires modificou sua nomenclatura ao longo de sua existência. Todavia, nos referiremos a ele como DIPBA, pois é o nome com o qual se o conhece desde a abertura de seu arquivo. Para uma história da DIPBA, ver FUNES, Patricia, “Secretos, confidentiales y reservados. Los registros de las dictaduras en la Argentina. El Archivo de la Dirección de Inteligencia de la Policía de la Provincia de Buenos Aires”. In QUIROGA, Hugo; TCACH, Cesar (Orgs.), *Argentina 1976-2006. Entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia*. Rosário: HomoSapiens, 2006; e KAHAN, Emmanuel, “¿Qué represión, qué memorias? El Archivo del terror de la DIPBA: alcances y perspectivas”. *Revista Questión*, La Plata, n. 16, 2007).

³ Adjetivo aplicado às instituições e habitantes da província de Buenos Aires e, neste caso, referente à sua polícia.

⁴ *Abuelas de Plaza de Mayo* e *Madres de Plaza de Mayo* são duas das organizações defensoras dos direitos humanos que foram criadas no alvorecer da última ditadura militar na Argentina (1976-1983) e que se constituíram em referências centrais das demandas de justiça para os militares, policiais e civis que perpetraram violações dos direitos humanos durante aquele período.

⁵ Ministro da Justiça e Segurança de Buenos Aires.

⁶ *Triple A*. Sigla para Aliança Anticomunista Argentina, organização parapolicial cuja atuação era voltada para amedrontar, sequestrar e assassinar militantes políticos, sindicais e sociais de organizações de esquerda.

⁷ Funcionário da Polícia da Província de Buenos Aires.

⁸ VALES, Laura, “Detrás de una puerta gris estaba la verdad”. *Página/12*, Buenos Aires, 25/11/1988.

⁹ A detenção de Jacobo Timerman, feita pelas forças de segurança em 15 de abril de 1977, foi o resultado de uma crise que amadureceu durante vários meses. A questão estava nas fontes de financiamento do jornal *La Opinión*. David Graiver era um dos principais acionistas e as autoridades militares sustentavam que era ele quem administrava os fundos da organização político-militar Montoneros (cf. BARROMI, Joel, “Israel frente a la dictadura militar argentina. El episodio de Córdoba y el caso Timerman”. In SENKMAN, Leonardo; SZNADJER, Mario, *El legado del autoritarismo. Derechos humanos y antisemitismo en la Argentina contemporánea*. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 1995; SENKMAN, Leonardo, “Israel y el rescate de las víctimas de la represión”. In SENKMAN, Leonardo; SZNADJER, Mario, *op.cit.*; MOCHKOFISKY, Graciela, *Timerman, el periodista que quiso ser parte del poder (1923-1999)*. Buenos Aires: Debol-sillo, 2004).

¹⁰ Essa cidade é, desde 1882, capital da província de Buenos Aires, constituindo-se em centro administrativo das tarefas desenvolvidas pelos organismos estatais do governo da província. No caso particular da Direção de Inteligência da Polícia da Província de Buenos Aires, sua Chefatura e o Arquivo e Fichário se localizavam nesta cidade. Por sua vez, pela grande relevância que tiveram na cidade as diversas sedes da administração pública, sua Universidade Nacional e a proximidade com diversos polos industriais – Berisso, Ensenada y Los Hornos –, a repressão desencadeada pelos organismos da segurança durante a última ditadura militar deixou um considerável saldo de vítimas e atingidos.

¹¹ Embora não tenha sido possível estabelecer empiricamente a relação e/ou a certeza a respeito dos mecanismos de nomenclatura, o folheto produzido pela Setor de Arquivo e Centro de Documentação da Comissão Provincial pela Memória, estabeleço – ao menos de forma provisória – que a informação se organizava em acordo com diversas Mesas de Trabalho. *Mesa A*: Esta mesa contém a informação produzida/coletada em torno dos fatores político, local, estudantil e imprensa. Aqui encontraremos um acompanhamento detalhado das organizações políticas da sociedade civil – partidos, organizações, centros estudantis etc. A informação refere-se a um acompanhamento de alcance nacional, provincial e por localidades da província de Buenos Aires. *Mesa B*: Esta mesa guarda informação produzida/coletada sobre os fatores sindical, econômico e trabalhista. Majoritariamente se poderão encontrar informes de inteligência e materiais referentes a atividades de ordem sindical e/ou de colégios e associações de profissionais e empresários. Como na mesa anterior, a informação arquivada contém um registro da atividade desdobrada em nível nacional, provincial e local. *Mesa C*: Os documentos e a informação produzida em torno da ação “comunista” e seus “colaterais” estão contidos nesta mesa. Os documentos mais antigos, e grande parte do material herdado da Seção de Ordem Pública, se encontram aqui. No interior dessa mesa se podem identificar duas subcategorias: “Vários” e “R.E.” (Referência Especial). *Mesa DE*: O acompanhamento das mais diversas organizações da sociedade civil foi depositado nesta mesa. Abrange os fatores

religiosos e organizações locais e contém um amplo registro das atividades desenvolvidas por associações de diversas características, agrupadas por localidades da província de Buenos Aires. *Mesa DS*: Sua sigla se refere a “Delinquente Subversivo” e contém informação produzida/coletada sobre as atividades consideradas pela própria polícia como “atividade subversiva”. Podem se encontrar dossiês que se referem a organizações político-militares e a intervenções por elas desenvolvidas, sobre organizações de defesa dos direitos humanos e atuações que realizaram e, também, se encontram os pedidos de habeas corpus que foram feitos pelos familiares de detidos desaparecidos durante a última ditadura militar. Seus documentos mais antigos nos remetem aos primórdios da década de 1960 e se concluem em 1998: atividades das organizações de defesa dos direitos humanos – *Madres de Plaza de Mayo*, *Abuelas de Plaza de Mayo*, *HIJOS* – foram tipificadas, mesmo depois de findo o governo de fato, como DS. *Mesa Referência*: Guarda informação registrada sobre temas, pessoas e organizações que não podem ser classificadas nas Mesas e Fatores assinalados anteriormente. *Mesa Doutrina*: Contém regulamentos, leis, decretos e disposições, estudos e documentos internos da própria polícia – desde discursos da força até a *Revista Policial*. Ingrid Jaschek sustenta que, ao analisar a ordem de numeração dos dossiês, esta Mesa nasceu em um momento posterior ao da fundação da DIPBA e da Divisão de Arquivo e Fichário (cf. JASCHEK, Ingrid, *Informe de avance. Mesa Doctrina*. La Plata: Comisión Provincial por la Memoria. Mimeo, 2003, p. 9).

¹² As características da localização/abertura dos arquivos das polícias políticas do Brasil são abordadas em CATELA, Ludmila da Silva, “Territorios de la memoria política. Los archivos de la represión en Brasil” e “El mundo de los archivos”. In CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Orgs.), *Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 15-84 e 195-221, respectivamente.

¹³ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. “Brasil. Retrato en blanco, negro y amarillo”. *Revista Puentes*, La Plata, Año 5, n. 16, 2005.

¹⁴ WIAZOVSKI, Taciana, *Bolchevismo e judaísmo: A comunidade judaica sob o olhar do DEOPS*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001, p. 23-24.

¹⁵ *Idem*, p. 51.

¹⁶ *Idem*, p. 69 (os grifos são do original).

¹⁷ *Idem*, p. 76.

¹⁸ Durante o mês de novembro de 1935 foram frustradas diversas tentativas de revoltas comunistas em diferentes estados brasileiros. Como consequência, o governo de Vargas decretou o estado de sítio e ocorreram grandes vagas de detenções de opositores ao regime.

¹⁹ LEWIN, Helena, “A construção do ‘diferente’: o judeu nos arquivos secretos brasileiros”. In Amilat – Asociación Israelí de Investigadores del Judaísmo (Org.), *Judaica Latinoamericana, Estudios Históricos-Sociales*. v. IV. Jerusalém: Magnes; Universidad Hebrea, 2001, p. 199.

²⁰ *Idem*, p. 193.

²¹ Os dossiês correspondentes são: Mesa Referencia, Dossiê n. 14.024, sem título, data limite: 1966; Mesa DE, Dossiê n. 212, Capital Federal, Capa “Federación de Entidades culturales judías en la Argentina”, datas-limite: 1968; Mesa DE, Dossiê n. 29, La Plata, 3ª seção, capa “Centro Literario Israelita y Biblioteca Max Nordau”, datas limite: 1947-1979; Mesa DE, Dossiê n. 31, La Plata, capa “Escuela Popular Israelita D. F. Sarmiento”, datas limite: 1947-1969; Mesa DS, Dossiê n. 14.625, Pasta Vários, capa “Investigación Centro Literario Max Nordau”, data limite: 1979.

²² Especialmente nos anos posteriores ao ascenso do peronismo. Nesse sentido, o fenômeno peronista possui um caráter controvertido que ainda segue sendo debatido na historiografia argentina. Para uma leitura do peronismo ver MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan C., *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1971; GERMANI, Gino, “El surgimiento del peronismo: el rol de los obreros y de los migrantes internos”. *Revista Desarrollo Económico*. Buenos Aires, n. 51, 1973; BUCHRUCKER, Christian, *Nacionalismo y Peronismo. La Argentina en la crisis ideológica mundial*. Buenos Aires: Sudamericana, 1987; JAMES, Daniel, *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina, 1946-1976*. Buenos Aires: Sudamericana, 1988; BRENNAN, James P. (Coord.), *Peronismo and Argentina* (Latin American Silhouettes), s/l.: Whitelong Scholarly Resources, 1998; ZANATTA, Loris, *Perón y el mito de la nación católica. Iglesia y ejército en los orígenes del peronismo, 1943-1946*. Buenos Aires: Sudamericana, 1999; SIDICARO, Ricardo, *Los tres peronismos. Estado y poder económico 1946-1955/1973-1976/1989-1999*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

²³ Arquivo DIPBA, Mesa DE, Dossiê n. 29, La Plata, 3ª Seção, capa “Centro Literario Israelita y Biblioteca Max Nordau”, f. 4. As citações doravante respeitarão a forma de redação que registram originalmente os informes de inteligência.

²⁴ *Idem*, f. 2.

²⁵ *Idem*, f.s 5 a 7.

²⁶ *Idem*, f. 12.

²⁷ *Idem*, f. 9. A Argentina carece de uma legislação que regule a liberação dos “arquivos da repressão”. A única norma vigente, com a qual realizam suas tarefas os membros da equipe do Arquivo da Comissão Provincial pela Memória, é a do habeas data. Embora qualquer cidadão tenha o direito de saber as informações que o Estado produziu sobre a sua pessoa, deve-se resguardar a identidade de terceiros nos casos em que tais informações envolvam outras pessoas. As cópias que a Comissão Provincial pela Memória cede, nos casos dos pesquisadores, são submetidas a um processo pelo qual se riscam todos os nomes próprios, excetuando-se os dos funcionários públicos.

²⁸ *Idem*, f. 8. Um dos problemas ao se analisarem os dossiês produzidos pela DIPBA é que a paginação não respeita, em algumas ocasiões, a ordem da produção. Os me-

morandos que solicitam informações podem ser encontrados *a posteriori* do Informe da Inteligência produzido. Embora as datas deem conta da sequência do processo de “solicitação/produção da informação”, a paginação é menos rigorosa.

²⁹ O golpe de Estado que teve lugar em 1955 se autodenominou “Revolução Libertadora”. As Forças Armadas e diversas organizações partidárias e patronais se consagraram, como assinala grande parte da bibliografia sobre o período, a “retroceder” as políticas promovidas durante o governo peronista. Como se destaca no livro de Daniel James citado anteriormente, durante os primeiros anos do governo ditatorial teve lugar o desenvolvimento de diversas ações de militantes peronistas tendentes a proclamar a “normalização” da vida sindical e partidária que havia sido proscrita pelas autoridades militares.

³⁰ Arquivo DIPBA, Mesa DE, Dossiê n. 29, La Plata, 3ª Seção, capa “Centro Literario Israelita y Biblioteca Max Nordau”, f. 20.

³¹ *Idem* (destaques do original).

³² *Idem*, f. 40-42 (os grifos e destaques são do original).

³³ Os autores dos informes, funcionários policiais, colocavam ao final do texto uma sigla composta de uma letra e um número.

³⁴ *Idem*, f. 45 e 49 (os destaques são do original).

³⁵ *Idem*, f. s/n. (grifos do original).

³⁶ Por ocasião das entrevistas realizadas para a elaboração de um curto documentário sobre os atos do “Levante do Gueto de Varsóvia” na cidade de La Plata, organizados pelo Clib Max Nordau, os depoentes observavam que durante a realização do ato entoava-se, em homenagem aos “jovens rebeldes”, e em sintonia com o pertencimento à Icfu da instituição organizadora, o “Hino dos Partisans”.

³⁷ *Idem*, f. s/n. A data alude, no calendário argentino, à comemoração da Revolução da Independência que ocorreu em 1810.

³⁸ Arquivo DIPBA, Mesa DE, Dossiê n. 272, f. 6. Domingo Faustino Sarmiento foi um dos intelectuais e políticos mais proeminentes do século XIX na Argentina. Publicou uma vasta obra, escreveu em periódicos locais e internacionais e chegou a ser presidente de 1868 a 1874. Por sua vez, nas comemorações escolares, é considerado o “Grande Mestre da Pátria”.

³⁹ *Idem*, f. 125. O decreto, sancionado durante a presidência de Arturo Frondizi (1958-1962), criava uma comissão encarregada de “planejar, dirigir e supervisionar a ação do Estado em matéria de comunismo e outros extremismos” (SAIN, Marcelo, “Condiciones constitucionales de control parlamentario de las actividades y organismos de inteligencia del Estado”. Disponível em: <www.cels.org.ar/Site_cels/documentos/a_docs_trabajo/2_violencia/violencia_pdf/ControlParlamentario.pdf>, s.d.). O artigo 2º proíbe as atividades de difusão do ideário comunista em ambientes públicos. O texto legal, em última instância, proíbe as atividades do Partido

Comunista e de entidades afins. Entre elas se encontrava a Icufo, da qual o Clib Max Nordau fazia parte.

⁴⁰ *Idem*, f. 127.

⁴¹ *Idem*, f. 129.

⁴² *Idem*, f. s/n. (os grifos e destaques são do original).

⁴³ *Idem*.

⁴⁴ *Idem*.

⁴⁵ *Idem*, f. s/n. “Frigerista” refere-se a Rogelio Frigerio, que foi uma das figuras centrais durante o governo de Arturo Frondizi (1958-1962), líder da União Cívica Radical Intransigente.

⁴⁶ *Idem*, f. s/n. (os grifos são do autor).

⁴⁷ Durante o decorrer daquele ano houve outro dos golpes de Estado que balizaram o sistema político argentino durante o século XX. O general Juan Carlos Onganía presidiu um governo caracterizado por seu extremo apego ao catolicismo e seu caráter conservador.

⁴⁸ *Idem*, f. s/n. (os grifos e destaques são do original).

⁴⁹ A julgar pelo informe de inteligência que acompanhava o memorando, a “análise de conteúdo” caracterizava-se em estabelecer um diagnóstico detalhado das particularidades dos artigos e um posicionamento político dos editores.

⁵⁰ Arquivo DIPBA, Mesa DS, Dossiê n. 1.425, Pasta Vários, capa “Investigação Centro Literário Max Nordau”, f. 15.

⁵¹ *Idem*.

⁵² *Idem*, f. 16.

⁵³ *Idem*.

⁵⁴ LVOVICH, Daniel, “Peronismo y antisemitismo: historia, memoria, mitos”. In DREIZIK, Pablo (Org.), *La memoria de las cenizas*. Buenos Aires: Presidencia de la Nación, 2001; REIN, Raanan, *Argentina, Israel y los judíos. Encuentros y desencuentros, mitos y realidades*. Buenos Aires: Lumiere, 2001.

⁵⁵ FUNES, P., *op. cit.*, p. 203-204.

⁵⁶ JASCHEK, Ingrid, *Informe de avance. Mesa Doctrina, Comisión Provincial por la Memoria*. La Plata, Mimeo, 2003, p. 31.

⁵⁷ A carta que foi enviada à Federação de Entidades Culturais Judaicas da Argentina estava datada de 25 de junho de 1985 e assinada por Simón Kosak, presidente da Escola Popular Israelita Domingo Faustino Sarmiento, e Mauricio Tenenbaum, presidente do Clib Max Nordau. Ver Clib Max Nordau, *Centro Literario Israelita Biblioteca Max Nordau 75º Aniversario*. La Plata: Clib Max Nordau, 1987.

⁵⁸ KROLL, Silvia Schenkolewski. “La conquista de las comunidades: el movimiento sionista y la comunidad ashkenazi de Buenos Aires (1935-1949)”. In Amilat – Asociación Israelí de Investigadores del Judaísmo. (Org.), *Judaica Latinoamericana, Estudios Históricos-Sociales*, v. II. Jerusalém: Magnes; Universidad Hebrea, 1993, p. 191-20; SVARCH, Ariel, *¿Comunistas judíos o judíos comunistas? El activismo y la lucha de la rama judía del PC en un contexto de crisis identitaria, 1920-1950*. Conferência apresentada nas X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia, Rosário, 2005; BACCI, Claudia, “Las políticas culturales del progresismo judío argentino. La revista *Aporte* y el IcuF en la década de 1950”. *Políticas de la Memoria*, Buenos Aires, nº 5, 2005.

⁵⁹ WIAZOVSKI, T., *op. cit.*; e LEWIN, H., *op. cit.*

⁶⁰ CARNEIRO, M. L. T., *op. cit.*

⁶¹ RICCHER, Ovidio Pablo, *Síntesis histórica de la Policía de la Provincia de Buenos Aires 1580-1980*. 1980, p. 1-6. La Trinidad y Puerto de Santa Maria foi o primeiro nome que teve a cidade porto de Buenos Aires.

⁶² RICCHER, *op. cit.*, p. 3.

⁶³ HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.), *La invención de una tradición*. Barcelona: Crítica, 2002.